



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 29 - dezembro de 2022

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2022i29p157-172>

O memorialismo na prosa de Paulino de Oliveira

Memorialism in Paulino de Oliveira's Prose

*Maria Alice Ribeiro Gabriel**

RESUMO

No intuito de discutir o contributo do historiador e jornalista brasileiro Paulino de Oliveira (1899-1992) como escritor memorialista, o objetivo do presente ensaio é expor, a partir de prisma histórico e literário, como o autor relata sua trajetória profissional por meio de passagens autobiográficas e biográficas incluídas em suas crônicas. Esta análise apoia-se teoricamente em reflexões de Alun Munslow (2018), Paul John Eakin (2019), Christina Ferraz Musse (2007) e R. Thomas Berner (1999; 2010). O estudo indica que Paulino de Oliveira frequentemente fundamenta digressões em dados históricos para se reportar a reminiscências pessoais e profissionais. O modo como suas crônicas exploram diferentes fontes, documentos, entrevistas, cartas, relatos de vida e memórias ao interpretar e narrar o passado, divisando audiência potencial, é pertinente à escrita literária de memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica; Jornalismo; Autobiografia; História; Memórias

ABSTRACT

In order to discuss the contribution of the Brazilian historian and journalist Paulino de Oliveira (1899-1992) as a memorialist writer, the objective of the present essay is to expose from an historical and literary perspective how the author relates his professional trajectory through autobiographical and biographical passages included in his chronicles. This analysis is theoretically supported by reflections of Alun Munslow (2018), Paul John Eakin (2019), Christina Ferraz Musse (2007) e R. Thomas Berner (1999; 2010). The study indicates that Paulino de Oliveira often bases digressions on historical data to report personal and professional reminiscences. The way his chronicles explore different sources, documents, interviews, letters, life stories and memories to interpret and narrate the past, considering a potential readership, is pertinent to the literary writing of memoirs.

KEYWORDS: Chronicle; Journalism; Autobiography; History; Memoirs

* Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Laboratório de Estudos Judaicos – LEJ; Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – Uberlândia – MG – Brasil – rgabriel1935@gmail.com

O memorialismo é campo de interesse não só para os estudos literários, como para diversas disciplinas das Ciências Humanas. Novas definições do conceito de arquivo têm ampliado o número e a variedade dos objetos de pesquisa e suas respectivas possibilidades de análise, apreendendo relatos ficcionais e não ficcionais, orais e escritos. Nesse sentido, convém citar a crescente formação de arquivos científicos sonoros e filmográficos a partir do século XX, e a multiplicidade de projetos arquivísticos, notavelmente após a Segunda Guerra Mundial, mantidos por instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que preservam coleções amplas e heterogêneas, a exemplo do Museu Imperial da Guerra, fundado em Londres em 1917, do Dartmouth Jewish Sound Archive, criado em Hanover, Estados Unidos, em 2002, e das universidades onde se encontram acervos de escritores e pesquisadores, como o arquivo do poeta Yehuda Amichai, confiado à Universidade de Yale e o do polímata Samuel Gordon Armistead, entregue à Universidade da Califórnia.

No Brasil, o acervo de Mario de Andrade reúne cerca de 30 mil documentos, além da coleção de livros e artes visuais do escritor, itens depositados no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Destacam-se igualmente os acervos de Antônio Salles, Augusto Meyer, Bastos Tigre, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Cruz e Sousa, *Lúcio Cardoso*, Manuel Bandeira e Pedro Nava, integrados ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), pertencente à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Tais acervos encerram dados complementares e inéditos, que podem gerar conexões com outros arquivos, enriquecendo a fortuna crítica dos autores.

O arquivo nacional de diários, fundado pelo jornalista Saverio Tutino em Pieve Santo Stefano, na região da Toscana, possui atualmente jornais íntimos, memórias e nove mil diários. Para o jornalista Edward Posnett (2022), o caráter do arquivo é decididamente igualitário: o Archivio Diaristico Nazionale aceita cada texto italiano que recebe, sem distinguir mérito literário. Na coleção há textos de semianalfabetos e eruditos, redigidos por aristocratas, comunistas, *contadini* (camponeses), criminosos, fascistas, imigrantes, negociantes, operários, *partisans* e vítimas de violência. Desde 1984, o propósito desse arquivo público é recolher escritos de pessoas comuns, memórias autobiográficas, diários e cartas, itens nos quais se reflete, de várias formas, a vida cotidiana e a história da Itália.

O nexu entre história, identidade, memória e narrativa, problematizado na obra do filósofo Paul Ricouer, e os estudos de teóricos de diferentes áreas, tais como Alain Girard, Béatrice Didier, Jeremy D. Popkin, Paul John Eakin e Philippe Lejeune, redimensionaram a importância dos escritos domésticos ou íntimos para críticos literários e historiadores.

Contudo, há fontes impressas relativas ao gênero memorialístico que aguardam estudos, como as crônicas de Paulino de Oliveira (1889-1992). Parte dessas crônicas foi reunida em livro, em 2001, pelos jornalistas Margarida Maria de Oliveira e Wilson Cid.

Infelizmente, a edição de *Crônicas* não informa data nem fonte de publicação dos textos. Em relação a tal coletânea, a pesquisa de Roberto Soares de Oliveira (2015, p. 41) pôde identificar a fonte de apenas 10 das 22 crônicas analisadas, redigidas de 1967 a 1969, fase em que Paulino de Oliveira escrevia com maior frequência para o *Diário Mercantil*.

Em prefácio à *Crônicas*¹, o escritor e jornalista Almir de Oliveira referiu o aporte histórico-literário da “[...] série de artigos, intitulados Depoimento, no Diário Mercantil, e outros muitos que [Paulino de Oliveira] publicou no mesmo jornal, sobre particularidades da História local” (2001, n.p.), notando que tais contribuições “São modelares e precisam ser preservadas”. Este ensaio parte dessa ponderação para analisar sob enfoque histórico e literário, com base em textos de Christina Ferraz Musse (2007), Roberto Soares de Oliveira (2015), Paul John Eakin (2019) e R. Thomas Berner (1999; 2010), o teor memorialístico de trechos autobiográficos e biográficos das crônicas.

De modo geral, a obra de Paulino de Oliveira estender-se-ia a três áreas: História, Jornalismo e Memorialística. Apesar da dimensão desse acervo, referencial no estudo da imprensa e história de Juiz de Fora, à exceção da pesquisa de Roberto Soares de Oliveira (2015), ainda faltam estudos voltados exclusivamente à biografia e à produção intelectual do autor, cuja relevância Christina Ferraz Musse (2007) justificaria nos seguintes termos:

A imprensa de Juiz de Fora, especialmente aquela dos últimos anos do século XIX, foi alvo de muitos trabalhos, entre eles, podemos citar os de Heitor Guimarães e Albino Esteves, que foram da Academia

¹ Sendo não paginada a coletânea das *Crônicas* de Paulino de Oliveira publicada pelo Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG Cultural), convencionou-se neste artigo grafar o título de cada crônica antes da transcrição de sua respectiva citação literal, suprimindo assim a abreviação n.p. Todas as crônicas de Paulino de Oliveira citadas neste estudo provêm dessa coletânea, publicada em 2001.

Mineira de Letras, além de Edmundo Lys [...], jornalistas e intelectuais do período, que tiveram a preocupação de resgatar as origens dos primeiros jornais da cidade. Mais tarde, Paulino de Oliveira, Dormevilly Nóbrega e Almir de Oliveira, também homens de imprensa, se dedicariam a estudar períodos mais recentes, até meados do século XX. De qualquer forma, é importante que fique registrada a carência de trabalhos sobre a imprensa de Juiz de Fora, especialmente a partir da segunda metade do século passado. (MUSSE, 2007, p. 6).

O cronista, historiador e jornalista Paulino de Oliveira, autor de História de Juiz de Fora (1953), Efemérides Juizforanas – 1698-1965 (1975) e Memórias quase póstumas de um escriba provinciano (1974), nasceu em 1899, filho do casal Paulino Rodrigues de Oliveira (1856-1909) e D. Belarmina Rodrigues de Oliveira (1860-1949). O sítio paterno onde passou a infância localizava-se próximo ao povoado de Furtado de Campos, distrito do município de Rio Novo, na Zona da Mata Mineira. “Três Tempos” reúne lembranças desse período, ao qual Paulino de Oliveira alude pela expressão “no meu tempo de criança”. O primeiro tempo indicado na crônica seria o da geração dos avós do escritor.

O segundo período remete à década inicial do século XX, “[...] quando o bacalhau da Noruega custava quinhentos réis o quilo”, quantia que o menino Paulino lograva obter em Furtado de Campos, perto do lugar onde nasceu, vendendo laranjas e “o café em grão que catava na roça, depois da colheita”. Após a morte de Paulino Rodrigues de Oliveira, em 1909, a viúva arrendou o sítio “por uma ninharia”, instalando-se em Rio Novo, “numa casa cujo aluguel era vinte mil réis por mês”. O sítio de quase 30 alqueires possuía “[...] casa grande e outras de colonos, engenho de cana, alambique, monjolo, dois moinhos de fubá, paiol, pocilga e (...) até uma banda de música”. O terceiro tempo referido na crônica concerne à mudança da família Oliveira para Juiz de Fora, “[...] tempo em que o aluguel de uma boa casa era igual ao que se paga hoje por uma passagem de ônibus na cidade”.

Ao segundo tempo reporta-se “O Crime” (2001), que narra fato presenciado por Paulino de Oliveira, envolvendo “figuras de destaque no arraial”, provavelmente Furtado de Campos: “[...] Vi o homem cair morto na porta da barbearia. Primeiro ouvi um tiro, depois o baque surdo da queda do corpo [...] Eu tinha oito anos quando vi o crime da barbearia”. Outra lembrança marcante dessa época é narrada pelo cronista em “Fim do Mundo” (2001): “[...] quando apareceu o cometa Halley [...] Levantava-me

todos os dias de madrugada, para ver o cometa, e, vendo-lhe a cauda cada vez maior, chorava de medo”.

“Moedas de Outros Tempos” aborda “o tempo das moedas de cobre”, dentre as quais o chamado “vintém”, equivalente a 20 réis, contendo na face reversa a inscrição “vintém poupado, vintém ganho”. A referência a essa moeda também compreende dados biográficos sobre a infância do cronista. Paulino de Oliveira recorda que não:

[...] podia seguir o conselho gravado na moeda deste valor [...] porque, quando saía de casa pela manhã, para a aula de dona Stella Paixão, no Grupo Escolar, só levava uma, para a merenda e com ela comprava a clássica bolacha na padaria em frente, na hora do recreio. (2001).

Fragmentos da história regional pontuam as crônicas de Paulino de Oliveira. Sobre D. Stella Paixão é possível recolher alguns dados em notas genealógicas de Luiz Fernando Hisse de Castro, alusivas à família do negociante e juiz de paz Antônio Júlio da Paixão, casado com sua prima D. Maria Eudóxia de Miranda, e estabelecido “[...] em terras que pertenceram sucessivamente aos Termos do Rio Pomba e de Leopoldina” (2011), no arraial do Rio Pardo, distrito de Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, mais tarde Argirita, Comarca e Diocese de Leopoldina, Minas Gerais. Neta de Antônio Júlio e Maria Eudóxia, Maria Stella Leal Paixão nasceu em 31 de outubro de 1893, na Fazenda das Palmeiras, em Furtado de Campos, filha do advogado Antônio Jacob da Paixão (1842-1912) e de D. Virgília Maria da Silva Leal. Informes do *Almanak Laemmert* de 1917 esboçam parte do contexto de Paulino de Oliveira antes da mudança familiar para Juiz de Fora, em 1916:

Rio Novo (Comarca, município e cidade). Comarca de segunda entrância. Município situado na zona cafeeira da Matta. Criado pela lei n.º 1:644, de 13 de Setembro de 1870, foi logo depois elevada a cidade em 1871 pela lei n.º 1837. Limites: Os municípios de S. João Nepomuceno, Pomba e Juiz de Fora. Districtos: Rio Novo, Piau e Goyana. [...] Povoado: Furtado de Campos. Culturas: Café, fumo, canna de assucar e cereaes. Exportação: Cereaes, café e fumo muito afamado. População: 31:000 habitantes com 3:500 eleitores. Rio Novo. – Cidade, séde da comarca e do município, situada à margem direita do rio do mesmo nome, 4:000 habitantes. Imprensa: Rio Novo. Rio Novense. Riso. [...] Instrução pública: Inspector escolar: Dr. Henrique de Paula Andrade. *Grupo Escolar*: Director: Olympio de Araujo. Professores: Adalgisa Paixão. Alzira de Araujo Ferreira. Amanda Aragão. Dagmar Barbosa. Sebastião Delvaux. *Stella Paixão*. Zina de Mendonça. Escolas isoladas: Professores: Antonieta Bebiano Valle (Furtado Campos). Aristotelina Hypolito (Goyana). Henriqueta

Augusta Santos Cintra (Piau). Nelson Monção (Piau). (RIO, 1917, p. 2993-2994; grifo nosso).

Almir de Oliveira biografou sucintamente a trajetória de “homem de letras” de Paulino de Oliveira, iniciada aos 13 anos com o primeiro trabalho na imprensa, como aprendiz de tipógrafo no *Rio Novo*, de José Joaquim do Carmo Gama, membro da Academia Mineira de Letras. O jornal fechou as portas, mas Paulino de Oliveira manteve-se no quadro de funcionários da tipografia, vendida para Juiz de Fora, onde exerceria as funções de tipógrafo, revisor, repórter e redator para o jornal *Guia Geral de Indicações Úteis*. Nos anos seguintes colaborou com outros jornais. Em 1947, chefiava a redação do *Diário Mercantil*. Em “O Paraibuna” (2001), Paulino de Oliveira relata que, por volta de 1914 ou 1915, antes de se mudar em definitivo para Juiz de Fora, permaneceu seis meses a trabalho na cidade, hospedado na “Pensão Aristides que era uma filial do Hotel Central”.

A crônica reporta ao início dessa estada (com a chegada de Paulino de Oliveira a Juiz de Fora) citando o testemunho do jornalista Vulmar Coelho Pinto, publicado em um artigo para a *Gazeta Comercial* de 19 de abril de 1955: “Numa tarde morna, o trem da Piau apitou e a locomotiva, humilhada pelas Malés da Central, entrou na estação, renquém, da Leopoldina. Não tardou muito, aproximou-se de nós um adolescente de 15 ou 16 anos, carregando uma maleta de roupas”. Nesse período, relatou Paulino de Oliveira (2001), muitas vezes só era possível ir de canoa ao local de trabalho: a oficina tipográfica instalada num barracão às margens do Paraibuna. Informações mais detalhadas sobre essa fase são fornecidas pelo cronista em “Cabeludos”, na reconstituição da paisagem urbana:

Era ainda de madeira a ponte da Rua Halfeld. Na margem esquerda do rio, lado para a rua, havia uma farmácia, a padaria de Custódio Vaz e a usina de laticínios de Marques Sampanho & Cia., cujo gerente era o Sr. Elísio Neves. No lado ímpar, o Armazém dos Cólsera e a Pensão Aristides. Era ali que eu morava. Na outra margem, entre o rio e a linha férrea, estava o armazém da firma de Neto, Marques e Cia. e, em frente, o Hotel Central. Tanto este como a pensão citada, onde só havia dormitórios, eram de propriedade de Aristides Maldonato. Lá embaixo, em frente ao cemitério, havia uma elevação na beira do rio, onde residia a família de Aristides e no porão ele instalou as oficinas do seu ‘Guia Geral de Indicadores Úteis’. Era onde eu trabalhava. O local estava livre das enchentes, mas para lá chegar nos dias em que o Paraibuna transbordava, ia-se de canoa. O ‘Guia’ devia dar bom lucro a Aristides Maldonato, pois não lhe faltavam anúncios. Tinha até um viajante português chamado Farias (Farias, sim, no plural) que passou

a não cortar o cabelo nem as unhas. Só cuidava da barba. Farias tinha um aspecto de doido. Devia dar essa impressão aos anunciantes do ‘Guia’. De repente, sem mais nem menos, Aristides encerrou a sua publicação. Pôs a culpa no cabeludo, do qual não tive mais notícia. (OLIVEIRA, 2001).

Ainda sobre “O Paraibuna”, Paulino de Oliveira refere fatos, como a enchente de 1940, que relacionam as águas desse rio à história da cidade e à (auto)biografia do autor: “Quando voltei a Juiz de Fora, dois anos depois, fui morar bem distante do seu leito, na Avenida dos Andradas. Em 1940, o Paraibuna, meu velho amigo provou ser mesmo traiçoeiro, expulsando-me de madrugada da Avenida Berlim, em Manoel Honório”. Note-se que, ao referir temas urbanos e políticos, Paulino de Oliveira não se limita ao hodierno, mas busca apresentar a situação em foco sob o prisma do historiador ou do memorialista, este último viés geralmente reúne lembranças pessoais e passagens autobiográficas, como no excerto de “Padre Wilson”, alusivo ao endereço do autor na Avenida dos Andradas:

Cumpre-me, porém, dizer, na qualidade de velho morador da cidade, que já houve um pequeno jardim no Largo de São Roque. Havia um gramado, algumas árvores frondosas e três ou quatro bancos. Morei ali vários anos, na esquina da Rua Paula Lima e depois Mariano Procópio, ao lado de Carlos Hugo Becker, exatamente em frente ao pequeno jardim, que estava agarrado à esquina daquela rua com a Avenida dos Andradas, antes chamada Gratidão. (OLIVEIRA, 2001).

Figura 1 - Cruzamento da Avenida dos Andradas com a Rua Mariano Procópio.



Fonte: CORRÊA, (2022).

O ano em que Paulino de Oliveira instalou-se em Juiz de Fora consta na crônica “O Guarani” (2001), nome do: “[...] mais antigo restaurante da cidade. Não sei por quem foi fundado e nem quando, porque quando aqui cheguei, em 1916, ele já existia há muito tempo”. Paulino de Oliveira referiu a mesma data em “Os Bondes” (2001): “Do Zé Weiss ao Lamaçal era a linha principal dos bondes elétricos de Juiz de Fora quando aqui cheguei, em abril de 1916 para trabalhar como tipógrafo no ‘Guia Geral de Indicações Úteis’, editado por Aristides Maldonado”, explicando: “José Weiss e Lamaçal eram considerados então os dois extremos da cidade”, respectivamente, os bairros Fábrica e Bom Pastor. Nas crônicas, que por meio de anedotas, biografias, críticas, dados de cunho etnográfico, fatos históricos e notícias, “[...] falam do cotidiano juiz-forense, em tempos passados e épocas recentes”, Almir de Oliveira divisou uma prosa literária “leve, elegante”. Os aspectos estilísticos dessa prosa pressupõem um equilíbrio entre o coloquial e o erudito, em consonância com aspirações da audiência e da imprensa formadora de opinião pública.

Em “Rádio” (2001), o cronista relatou ter ouvido a primeira alusão ao aparelho em 1916, “[...] quando, numa conversa na Rua Halfeld, certo indivíduo afirmou que os padres da Academia se comunicavam diariamente com Berlim, informando ao Governo alemão a rota dos navios brasileiros. Era uma infâmia, como ficou provado [...]”. Naquela época, conforme expôs Paulino de Oliveira, as notícias oficiais transmitidas em Juiz de Fora e na maior parte do território brasileiro seriam de veiculação basicamente impressa: “Creio que não houve muito progresso no rádio brasileiro até 1930. Não conheci ninguém que antes daquele ano possuísse um aparelho receptor. Já em 1932, havia vários”. Durante a Segunda Guerra, em muitas cidades a população acompanharia notícias do conflito pelo rádio, assim como Paulino de Oliveira, que em 1937 obteve seu primeiro aparelho.

Já em “Não Existia o CGT” (2001), Paulino de Oliveira cita como particularmente histórico o ano de 1918, marco do fim da Primeira Guerra Mundial: “Eu havia começado a trabalhar, pouco antes, nas oficinas de ‘O Dia’”; e marco do início da pandemia da gripe espanhola, disseminada após o término da guerra: “Porque parou Juiz de Fora. Parou tudo. Pararam as indústrias, fechou o comércio, paralisaram-se os bondes”. A importância do jornal *O Dia* no desenvolvimento profissional de Paulino de Oliveira é igualmente citada na crônica “Chico Lopes”, que homenageia o editor do jornal *Rio Novo*:

Francisco Lopes viera de Rio Novo em 1915. Lá, minha terra natal, ele fora proprietário de uma bem montada tipografia e editava um dos melhores jornais da Zona da Mata – o ‘Rio Novo’. Tendo Carmo Gama adquirido sua tipografia, ingressei nela como aprendiz de tipógrafo, depois de ter praticado telegrafia e ocupado vários empregos apropriados a meninos de minha idade. Em 1918, entrando aqui para as oficinas de ‘O Dia’, nelas encontrei Chico Lopes como chefe, ao lado de seu filho Adão, que era tipógrafo. [...] Depois que veio de Rio Novo, o que dele sei limita-se às suas atividades no ‘O Dia’, onde lhe segui as pegadas. Com a saída de Luiz de Oliveira da gerência, passou para ela. Venerando Pinheiro substituiu-o por algum tempo, passando a mim, logo depois, a função. Deixei-a em seguida, indo substituir Chico Lopes na gerência. Éramos como uma família no ‘O Dia’, chefiada pelo Dr. Rubens Campos. Albino Esteves, sócio dele, era o redator-chefe. (OLIVEIRA, 2001).

A crônica “Palavrão” (2001) informa que Paulino de Oliveira trabalhou por 10 anos na redação de *O Dia* com Albino de Oliveira Estêves, autor de *Álbum do Município de Juiz de Fora* (1915), crítico literário, membro fundador da Academia Mineira de Letras e redator dos jornais *O Pharol* e *O Dia*, o qual ajudou a fundar com Rubens Campos. Por sua vez, em “Convocação” (2001), Paulino de Oliveira relata que, em 1921, ao lado do jornalista Sales Duarte, ajudou a fundar a Associação Mineira de Imprensa, a princípio denominada Associação da Imprensa de Minas, da qual integrou a primeira diretoria, presidida pelo escritor Heitor Guimarães, citado no *Álbum do Município de Juiz de Fora* como fundador de *O Democrático*, em 1884, de *A Gazetinha*, em 1888, e da *Folha Azul*, no Rio de Janeiro; diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*; primeiro redator-chefe do *Correio de Minas*, fundado em dezembro de 1906; auxiliar de redação do *Diário de Minas* e *Gazeta da Tarde* e bibliotecário da Academia Mineira de Letras, fundada em 1909.

Entre as primeiras metades dos séculos XIX e XX, imprensa e literatura tornaram-se áreas de expressão afins para homens de letras na Europa, nas Américas do Norte e do Sul. No contexto relativo a Paulino de Oliveira, segundo Christina Ferraz Musse: “[...] os jornais reuniram, no período, o melhor da intelectualidade da cidade, sendo os principais responsáveis pela configuração de um imaginário social de progresso e refinamento cultural, que renderam a Juiz de Fora o título de ‘Manchester Mineira’” (2007, p. 1).

O movimento que intitula a crônica “Escola Militar Nefelibática. Escola Literária de Sargentos” (2001) surgiu em Juiz de Fora, “por volta de 1920”, coincidindo com os anos iniciais de Paulino de Oliveira no jornal *O Dia*. Essa “nova escola literária

– a Escola Militar Nefelibática, como a chamou um jornal”, compreendia alguns civis, um cabo do Exército e vários sargentos, entre estes últimos, Paulino de Oliveira destacou pelo talento Wanderley dos Reis e, sobretudo, Miguel Duarte: “Albino Estêves também o tinha em alta conta, tanto que lhe franqueara as colunas de ‘O Dia’. Foi lá que o conheci. Eu era tipógrafo, mas tinha entrada franca na redação, pois tanto Albino como o Dr. Rubens Campos eram meus amigos”. Além de informes biográficos sobre os “sargentos literatos” da cidade, Paulino de Oliveira assinalou as atribuições dos componentes de *O Dia*: “Luís de Oliveira era gerente do jornal. Eugênio José Malta e Alberto de Sales Duarte os repórteres. Na crônica esportiva militava Ormino Maia, sob o pseudônimo de Orma. Havia muitos colaboradores, todos eles de nome feito, entre os quais Pelino de Oliveira” que, por assinar seus textos com as iniciais PO, era confundido com Paulino de Oliveira.

O uso de pseudônimos na imprensa de Juiz de Fora reportaria não só a uma antiga convenção literária, notada em obras, periódicos e revistas da época, mas, igualmente, a valores e aspirações dos autores, a exemplo dos “nomes de guerra” adotados por membros da agremiação fundada pelo escritor Antônio Salles, em Fortaleza, Ceará, em 1882.

Sobrinho herdeiro do arquivo pessoal de Antônio Salles, com base em documentos sobre a Padaria, o memorialista Pedro Nava, descreveu-a em *Baú de Ossos*: “A Padaria Espiritual, sob seu aspecto alegre e inocente de sociedade boêmia e de letras, era, na realidade, um foco de rebelados contra a ordem estabelecida, fosse ela literária, política ou social” (1974, p. 92-95), citando os pseudônimos adotados e observando que: “Os nomes de guerra dos *padeiros* prestam-se a alguns comentários porque uns tantos deles traduzem curiosa ideia de agressividade. Há nomes inocentes, encerrando os verdadeiros [...] Entre estes encontramos alguns aparentemente só literários”, nativistas, “de expressão jocosa”, de inspiração russa, e os “relativos à profissão, ofício, mister”.

O jornalista Albino Estêves, autor de *O Theatro em Juiz de Fora. Apontamentos* (1910) e redator do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, assinava artigos em *O Dia* e *O Pharol* usando o pseudônimo “Lúcio d’Alva”. Na crônica “Lys e Não Lis” (2001), Paulino de Oliveira define o escritor e jornalista Edmundo Lys, “redator de vários jornais, em Juiz de Fora, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”, como um de seus amigos, desde 1918: “O nome é Antônio Gabriel de Barros Vale, mas ninguém o conhece por ele porque seu dono o substituiu, aos 17 anos, quando ingressou na imprensa, pelo

pseudônimo de Edmundo Lys (com y)”, insistindo na grafia com “ípsilon” a partir de certa época: “Tudo porque um jornalista gaúcho adotou o mesmo pseudônimo, grafando-o, porém, com ‘i’. Além disso, há outra confusão: Edmundo do Lins”. Outros informes sobre Edmundo Lys, Paulino de Oliveira e a imprensa local podem ser observados em “Orlando Lage Filho”:

Quando ‘O Dia’ deixou de circular, Tito de Carvalho levou-me para o ‘Diário Mercantil’. Não havia o direito de férias naquele tempo. Assim, depois de trabalhar sem interrupção durante dez anos, sem uma falta sequer, no jornal de Albino Estêves e Rubens Campos, ingressei imediatamente no de Tito de Carvalho e João Penido. Corria o ano de 1928 ou, talvez, o de 1927. Lá encontrei, na Rua Marechal Deodoro, nº 509, se não me engano, Orlando Lage Filho como secretário de redação. Três ou quatro dias depois substituí-o em tal função. Lage e Edmundo Lys haviam arrendado o ‘Correio de Minas’ que funcionava na Rua Halfeld, no local onde está hoje a galeria Bruno Barbosa. [...] Não durou muito a sociedade do Lage Filho e Edmundo Lys no ‘Correio’. A redação ia muito bem, sem dúvida, porque ambos eram tarimbados, mas a gerência, Santo Deus! Creio que eles mesmos a exerciam e, como não tinham inclinação para administrar, fracassaram, passando o ‘abacaxi’ a outras mãos. (OLIVEIRA, 2001).

“Alberto Sales Duarte” (2001), crônica que leva o nome do célebre comentarista político, considerado por Paulino de Oliveira um dos melhores do Estado de Minas Gerais, remete aos períodos em que ambos trabalharam juntos, alternando posições de chefia: ao início da década de 1920, quando o cronista era tipógrafo de *O Dia* e Alberto de Sales Duarte “[...] era repórter, mas sendo tipógrafo também, auxiliava nas oficinas compondo o folhetim que saía diariamente em roda. Depois andou fundando vários jornais na cidade”; e quando o cronista era diretor de *O Correio de Minas* e convidou Sales Duarte para atuar como redator político durante a campanha da Aliança Liberal, ocasião em que acabaram por se desentender, em razão do comentário intitulado “Só a chicote!”, redigido por Sales Duarte contra Washington Luís. “Estávamos às vésperas da Revolução e, por causa dela, fizemos as pazes no momento em que ele chegou à redação dizendo: ‘Vamos dar o fora, que estão nos procurando’”, relatou Paulino de Oliveira, que se refugiou em São José do Rio Preto até 27 de outubro, já o publicista “foi esconder-se no Consulado português”. Nesse ínterim, com a cidade sitiada, Clevelande Duarte, irmão de Sales Duarte, manteve a circulação do *Correio*, mas sob censura, o que motivou Paulino de Oliveira a deixá-lo “sem dar satisfação a ninguém” um ou dois meses depois: “Porque ninguém me esclarecera a razão daquela

transformação e eu jamais indaguei a respeito, Sales Duarte assumiu então sua direção, já a havia, praticamente, assumido antes do meu regresso. A ursada de Sales Duarte em nada influenciou na amizade que lhe dedicava”.

“Alberto Sales Duarte” e “Alves Júnior” (2001) são crônicas complementares, de cunho biográfico e autobiográfico. A respeito do tipógrafo e jornalista José Alves Júnior, revelou Paulino de Oliveira que foi um dos rapazes mais inteligentes que conheceu. Alves Júnior fundou em Juiz de Fora o jornal *O Alicate*, e outro, em Mar de Espanha, no entanto:

Por havê-lo envolvido na política, colocando-o ao lado de um grupo, elementos de outro grupo empastelaram suas oficinas. Acabou recebendo do Estado uma pequena indenização. Voltou para Juiz de Fora em 1929, indo fazer comigo e Sales Duarte a campanha da Aliança Liberal no ‘Correio de Minas’, então de propriedade do coronel Severino Costa. Eu era chefe dos dois, ganhando quatrocentos e cinquenta mil réis por mês. Alves Júnior, trabalhando menos, ganhava duzentos e Sales Duarte quinhentos. Este, porém, não recebia do jornal, mas de uma serraria do coronel, de sociedade com João Silveira Filho, existente na Rua Marechal Deodoro. Téo Sobrinho era tipógrafo e ainda não tinha esse pseudônimo. Era Teodorinho (Teodoro Lenz Sobrinho). Depois da Revolução de 30, creio que Alves Júnior fundou a ‘Folha de Minas’. Em 1932 colocou-se ao lado da revolução constitucionalista e teve que fugir com Carlos Lourenço Jorge. Foram homiziar-se na fazenda do Dr. Alberto Rodrigues Silva, em São José das Três Ilhas. [...] Alves Júnior regressou a Juiz de Fora e continuou por alguns anos a sua vida de boêmio. [...] Adoeceu, afinal, e foi internado num sanatório de Belo Horizonte [...] ao invés de melhorar, foi piorando a cada dia e acabou morrendo. (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Paulo Roberto Soares de Oliveira, “[...] após consultar as leis municipais, para ter a certeza da legitimidade de poder exercer esta segunda função [...]” (2015, p. 41-56), a partir de 1941 Paulino de Oliveira coadunaria a função de funcionário público à de jornalista no *Diário da Tarde* e no *Diário Mercantil*, onde assinava a coluna *Cortina*, inicialmente com o pseudônimos de Artaxerxes e, mais tarde, com o de Barbosa da Silva.

Ainda sobre os anos 1940, em “O Prefeito Olavo Costa e Eu” (2001), Paulino de Oliveira recordou seu trabalho durante a administração do jornalista do *Correio da Tarde* e cardiologista Dilermando Martins da Costa Cruz Filho, prefeito entre 1947 e 1950. Em 1951, o cronista foi nomeado pelo prefeito Olavo Costa diretor da Divisão de Patrimônio, cargo exercido “por um ou dois meses”, cumulativamente ao de chefe da

Seção Pessoal, função de que logo se afastou, voltando à Divisão de Administração em 1955, a pedido do novo prefeito, Ademar Rezende de Andrade. O autor inicia o texto justificando-se por escrever sobre a carreira política de Olavo Costa: “Por causa desta, sou forçado a falar de mim também”, desse modo, a narrativa desenvolve-se unindo autobiografia e biografia:

Conheci-o de vista, em julho de 1932, quando residi na Rua de São Mateus, em frente à Maternidade Teresinha de Jesus, e ele pertinho, na Rua Padre Café, 61, onde colocava, todas as noites, um rádio na janela – o único existente no bairro – para satisfação da vizinhança e dos passantes, ávidos por notícias do movimento constitucionalista de São Paulo. [...] Eu era funcionário municipal e, desde 1931 até 1942, havia exercido, ininterruptamente, a função de diretor da Secretaria, da qual me afastara cinco anos antes, para exercer outra, também de confiança e de chefia. O prefeito, eleito em 1947, de quem eu não era tão íntimo, quanto do seu concorrente, fez-me voltar ao ‘ninho antigo’, na Secretaria, que em seguida foi transformada em Divisão de Administração, onde permaneci até o fim de 1948, quando me afastei para escrever a ‘História de Juiz de Fora’, o que fiz durante o ano de 1949. Durante o ano de 1950, exercia função de chefe da Seção do Pessoal, à frente da qual me encontrava desde 1943, depois de ter sido, durante um ano, diretor de estatística. Olavo sucedeu, em 1951, o prefeito eleito em 1947. (OLIVEIRA, 2001).

Em 1959, Paulino de Oliveira foi afastado por Olavo Costa “da função de confiança que exercia na Prefeitura”, segundo ouviu do próprio prefeito em seu gabinete, “[...] por continuar escrevendo ‘aquelas coisas’ no jornal. Não dei apreço a tais advertências e continuei escrevendo-as”. Segundo Paulo Roberto Soares de Oliveira, esse “[...] é também o período em que Paulino de Oliveira se envolve com o jornalismo político” (2015, p. 56-57). O pesquisador observou ainda que, na “expectativa de uma legislação favorável”, aprovada apenas anos mais tarde pelo prefeito Itamar Franco, o cronista aposentou-se tardiamente como jornalista e servidor público, cargo que deixou em 1960. Aposentado, porém com a necessidade econômica de continuar trabalhando, ele obteria por intermédio de Henrique José Hargreaves um posto na Companhia Telefônica de Juiz de Fora. “Chefia” contém uma digressão que analisa a vida profissional do autor:

Há os que pleiteiam a nomeação ou são convidados a exercer determinadas funções de mando e, uma vez empossados, nela permanecem indefinidamente. Gostam de ser chefes, tenham ou não tenham feito para isso. Refiro-me especialmente ao serviço público, mas sei que a mesma coisa ocorre em empresas particulares em que

impera o pistolão. Já tive muitos pistolões, mas não vou citar os cargos para os quais fui por eles indicado ou convidado. Quero, porém, dizer que por duas vezes exerci funções que me agradaram. A primeira foi na Imprensa, quando Chico Lopes deixou a chefia das oficinas de ‘O Dia’. Eu tinha apenas 19 anos e o Dr. Rubens Campos determinou-me que a exercesse. Nela estive pouco tempo, passando em seguida a Venerando Pinheiro. Enquanto o exerci, outro tipógrafo, um pândego chamado Ênio de Matos, dizia, troçando, que o chefe era eu, mas quem mandava era ele. No ano seguinte, deixei tal chefia, para exercer outra, de menor importância porque sendo chefe da secretaria em 1931, tinha que chefiar alguma coisa. (OLIVEIRA, 2001).

Contadores de histórias, os seres humanos existem ontologicamente num universo de criação de narrativas, afirmou Alun Munslow (2019). Pensar a criação de narrativas como mecanismo-chave de análise e representação da realidade implica atribuir ao ato de narrar sentido cognitivo, ideia alusiva, segundo o historiador, à tese de Hayden White sobre o funcionamento linguístico-metafórico do tropo, que transforma uma coisa em outra para gerar significado. A relação de equivalência entre narrar e conhecer torna-se, logo, particularmente aplicável a disciplinas (*storytelling disciplines*) que, a exemplo da História, priorizam a narrativa. Evocando reflexões de Paul Ricoeur, Alun Munslow arguiu que a História, mesmo pelo empirismo apoiado na inferência, não é simplesmente um relato de eventos, mas, antes, a representação de transformações ao longo do tempo, por meio de uma narrativa que permita ao homem, ser temporal, atribuir significado ao passado (o que aproximaria, em certa medida, o relato do historiador ao do memorialista).

Embora estudiosos das modalidades de escrita memorialística busquem distinguir conceitualmente autobiografia, biografia e memórias, notou Paul John Eakin (2019), os pressupostos teóricos basilares desse sistema genérico de classificação não deixam lugar para as formas híbridas que as expressam nem para uma identidade relacional. Nas memórias, conforme a definição tradicional, a história do eu é subordinada à história de outros, aos quais o eu serve de testemunha privilegiada. No caso da identidade relacional, a história do eu não é acessória à história do outro, apesar de sua primazia poder estar em parte oculta pelo fato de ter sido narrativamente construída por meio da história de alguém ou da história contada por alguém. Recorde-se que em “O Paraibuna” (2001), Paulino de Oliveira descreve-se de modo indireto, ao citar o artigo de Vulmar Coelho Pinto.

Nas situações em que a identidade é considerada relacional, as narrativas desafiam as fronteiras estabelecidas entre os gêneros. Relatos autobiográficos podem conter não só a história do eu, mas a biografia e a autobiografia do outro, tornando-se, assim, a narrativa de uma narrativa (EAKIN, 2019). Tal situação consta em “Homenagem à Colônia Italiana”, que cita dados de um recenseamento municipal de 1893 sobre a colônia italiana local, e uma carta em que os subscritos se definem como: “Os signatários, descontentes das últimas gerações de imigrantes italianos que há cerca de um século se radicaram em Juiz de Fora”, entre os quais o cronista identifica e biografava Miguel Angelo Nataroberto:

Conheço-o muito bem e sei que é filho de Salvador Nataroberto, saudoso construtor de obras, que aqui constituiu família. Em outra carta, endereçada a Heitor de Alencar, com um recado a mim, declarou Miguel Angelo que a ideia de se prestar uma homenagem à colônia italiana partiu de Salvador Scovino, ‘jornaleiro versado em artes plásticas e fonética, estabelecido na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Barbosa Lima’. (OLIVEIRA, 2001).

Comentar dados econômicos, geográficos, históricos, políticos ou toponímicos ao expor um tópico é procedimento recorrente nas crônicas de Paulino de Oliveira. Segundo o jornalista e crítico literário R. Thomas Berner (1999), entre os melhores exemplos de jornalismo literário constam os textos que refletem princípios etnográficos, pois ao referi-los o autor retrata igualmente aspirações, transformações e valores próprios de culturas e sociedades. Ao empreender tal tarefa, afirmou Thomas Berner (2010, p. xi), os jornalistas valem-se de recursos literários para tecer uma história baseada em fatos, apresentados sob perspectiva relevante, amparada na ambientação de cenas, em depoimentos e descrições. Nessa acepção, as crônicas de Paulino de Oliveira denotam que, tal como o memorialista, o cronista tem a liberdade de relatar o passado unindo recursos ficcionalizantes e retóricos à pesquisa histórica, ajustando-os conforme seu estilo e propósito pessoal como narrador.

REFERÊNCIAS

BERNER, R. T. **Writing literary features**. New York: Routledge, 2010.

BERNER, R. T. **The literature of journalism**. State College, PA: Strata Pub., 1999.

CASTRO, L. F. H. A família Paixão em Estrela Dalva - MG. **Água Viva e São Martinho, Estado de Minas Gerais**. 20 agosto de 2011. Disponível em:

<https://luizfernandohissedecastro.blogspot.com/2011/08/a-familia-paixao-em-estrela-dalva-mg.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

CORRÊA, M. L. Bairro Mariano Procópio. **Resgatando o passado**: a história de Juiz de Fora. Disponível em:

<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/avenida-dos-andradas-1-foto.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

EAKIN, P. J. **How our lives become histories**. London: Cornell University Press, 2019.

LAGE, O. V. B.; ESTEVES, A. (org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 2015.

MUNSLOW, A. **Narrative and History**. 2nd ed. London: Red Globe Press, 2019.

MUSSE, C. F. A imprensa e memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, Juiz de Fora - MG. **Anais** [...] Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 1-16, 2007.

Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>.

Acesso em: 17 out. 2022.

NAVA, P. **Baú de Ossos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.

OLIVEIRA, A. Apresentação. In: OLIVEIRA, P. **Crônicas**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001, n. p.

OLIVEIRA, P. **Crônicas**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001.

OLIVEIRA, P. R. S. Paulino de Oliveira: o escriba, o cronista e a cidade. 2015. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6531?locale=pt_BR. Acesso em: 17 out. 2022.

POSNETT, E. Italy's town of diaries: where ordinary people's memoirs are salvaged and celebrated. **The Guardian**. World UK. Books. 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2022/jun/24/italys-town-of-diaries-where-ordinary-peoples-memoirs-are-salvaged-and-celebrated>. Acesso em: 17 out. 2022.

RIO Novo. Estado de Minas Geraes. **Almanak Laemmert**: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, Edição B00073, p. 771-772, 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=67447&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 17 out. 2022.

Data de submissão: 24/07/2022

Data de aprovação: 28/09/2022